

A Psicologia Tomista¹

Paulo Sérgio Faitanin²

1. Origem

Περί ψυχής [*Peri Psychés*, em Latim *De anima*] foi provavelmente o nome dado ao grupo de 3 livros de uma obra inacabada que Aristóteles [384-322] escreveu. Já desde Homero via-se a evolução semântica do uso e aplicação do vocábulo *ψυχής* para significar o princípio de vida. Muito provavelmente foi por esta razão que o Estagirita ou o editor de sua obra assim denominara este tratado, já que o seu objetivo era investigar a natureza, o ser, as propriedades e as operações da alma, enquanto princípio de vida do corpo [*De anima*, I, 1, 402a 5-11]. Nela encontramos, efetivamente, uma investigação acerca da alma.

Contudo, a formação e o uso da palavra *psicologia* [psyché+logia=ciência, estudo da alma], para designar tal estudo, é relativamente recente. Foi cunhada provavelmente ao longo do séc. XIV e XV, aparecendo no conteúdo de obras de Melanchton [1497-1560] e de Marcus Marulus [1450-1524]. Como título de um tratado surgiu na obra de R. Goclenius em 1590. Desde então passaria a nominar estudos sobre a alma, como o de Christian Wolff, no século XVIII, que por volta do ano de 1732, denominou seu estudo *Psychologia empirica*.

Literalmente *psicologia* significava, como significa ainda hoje, o estudo ou a ciência da alma. Mas este estudo já havia sido considerado pelos antigos, por Platão e, especialmente, por Aristóteles que o sistematizou na referida obra. A partir da sistematização aristotélica, *psicologia* passaria a designar o estudo da natureza da alma, a *gnosilogia* o estudo dos fenômenos psíquicos cognitivos, a *antropologia* a relação ontológica entre alma e corpo e *ética* o estudo das paixões da alma. Eis a divisão e o conteúdo da obra em Aristóteles:

¹ Este artigo foi publicado originalmente no Portal Aquinate em 2005. Trata-se de um dos primeiros trabalhos – se não o primeiro – publicados no Brasil expressamente sob o tema da Psicologia Tomista, ao menos em nossa história recente (século XXI). Foi apresentado no 2º Congresso Aristotélico-Tomista de Psicologia (maio de 2024) e está sendo republicado nesta revista por expressa autorização do Autor. Foram mantidas as características originais do artigo, inclusive a ortografia prévia ao Acordo Ortográfico de 2009, acrescidas de algumas correções de digitação e da introdução de parágrafos, inclusive em subtítulos, para maior facilidade de leitura.

² Doutor em Filosofia Medieval pela Universidade de Navarra, Espanha (2001), é Professor Efetivo do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (RJ), membro da Sociedade Internacional Tomás de Aquino – Seção-Brasil, coordenador do GESTA – Grupo de Estudo Santo Tomás de Aquino cadastrado na UFF/PROEX/Gesta e membro colaborador do Gabinete de Filosofia Medieval do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto (Portugal).

De anima

Livro I: *Acerca da dignidade, utilidade e dificuldade desta ciência que versa sobre a alma. As antigas opiniões sobre a natureza da alma. Sobre a unidade da alma com relação às opiniões propostas.* Em três capítulos.

Livro II: *Acerca da definição da alma, de suas potências, ordem à natureza. A potência vegetativa. Acerca da potência sensitiva. O número dos sentidos. De cada um dos sentidos. Sobre o sentido comum e próprio e suas distinções. Acerca do saber pelo sentir e sobre a imaginação.* Em doze capítulos.

Livro III: *Acerca do número dos sentidos, do senso comum, da imaginação e disto que o intelecto discerne. Sobre o intelecto. Sobre a potência motora. Acerca das faculdades comuns a todos os seres animados.* Em treze capítulos.

2. Os comentários de Tomás de Aquino

Tomás de Aquino [1225-1274] dedicou-se ao comentário do primeiro livro desta obra quando ainda estava em Roma, por volta de 1267. Mas os dois outros livros foram comentados quando já se encontrava em Paris, tendo o terminado por volta de 1270. O tema central é o da natureza espiritual da alma, sua unidade e operação. O Aquinate dedicou-se ao mesmo tema em outros dois tratados: a *Quaestio disputata de anima* de 1265-1266 e o opúsculo *De unitate intellectus contra Averroistas* de 1270. Na *Quaestio* dedicou-se à natureza e operação da alma e no *De unitate* à unidade da alma e de suas operações.

De fato, a alma é a única forma do seu corpo, sendo nele individuada. Suas operações próprias e mais nobres não necessitam de algum órgão corpóreo, por meio do qual conhecesse a natureza das coisas. A abstração é o meio pelo qual a alma intelectual considera a forma do objeto sensível sem as suas condições materiais, sensíveis, particulares e individuantes. Está ordenado o seu conhecimento à verdade. Para destacar a originalidade da psicologia tomista abordaremos a sua principal contribuição, ou seja, os seus *Comentários aos III livros do De anima de Aristóteles* [Edição de M. Pirotta, Roma: Marietti, 1948]. O Comentário é uma explicação sumária e doutrinal da obra. Não é uma exposição crítica. O Aquinate segue a divisão aristotélica de livros e capítulos, mas acrescentam-se as *lectio*, que aqui traduzimos mais por razão pedagógica que por razões lingüísticas por lições e não por leituras. Eis, pois, o número de livros, a sua ordem e as principais doutrinas de seu comentário:

Comentários aos III livros do *De anima* de Aristóteles

Livro I: *Acerca da dignidade, utilidade e dificuldade desta ciência que versa sobre a alma. As antigas opiniões sobre a natureza da alma. Sobre a unidade da alma com relação às opiniões propostas.* Lições I a XIV, n. 1-210.

Livro II: *Acerca da definição da alma, de suas potências, ordem à natureza. A potência vegetativa. Acerca da potência sensitiva. O número dos sentidos. De cada um dos sentidos. Sobre o sentido comum e próprio e suas distinções. Acerca do saber pelo sentir e sobre a imaginação.* Lições I a XXIV, n. 211-563.

Livro III: *Acerca do número dos sentidos, do senso comum, da imaginação e disto que o intelecto discerne. Sobre o intelecto. Sobre a potência motora. Acerca das faculdades comuns a todos os seres animados.* Lições a XVIII, n. 564-874.

3. A Psicologia Tomista

(a) **O objeto da psicologia tomista:** tal como vimos acima a psicologia tomista destina-se a estudar, sobretudo, a natureza da alma humana; diferente da psicologia contemporânea, especialmente a psicanálise, que se destina a estudar não a natureza, mas os fenômenos psíquicos, como o temperamento, as emoções, as funções e distúrbios psicológicos do homem. Na psicologia tomista destacam-se os estudos da definição, origem e natureza da alma.

(b) **Definição de alma:** no contexto tomista, define-se alma do seguinte modo: ‘a alma é ato e perfeição do corpo’ [*De Subs. sep.*, c.16]; ‘a alma é o ato do corpo, porque a alma separada não é vivente em ato’ [*De unit. intel.*, c. 1].

3.1. A origem da alma

Acerca de sua origem, afirma que é herética a doutrina que estabelece que a alma humana é induzida do sêmen [*STh. I q118 a2 sol*]. Daí que para Tomás ela não pode ser produzida senão por criação [*STh. I q90 a2 sol*; *In II Sent d1 q1 a4 sol*; *CG. II c87*; *De Ver. q27 a3 ad9*; *De Spirit. crea.t a2 ad8*; *Quodl. IX q5 a1*; *CTh. I c93*]. Deus é o Criador da alma, mas isso não significa que ela seja parte ou induzida do ser de Deus [*STh. I q90 a1 sol*]. Assim, ainda que não seja necessária a criação da alma se disposta a matéria, já que Deus pode não criá-la, mesmo que se disponha a matéria, será condição para a infusão instantânea da alma no corpo, a disposição simultânea do corpo [*De nat. mat. c2 n374*]. E é pautado nisso que aplicará a teoria da animação simultânea na concepção dos demais homens. O Aquinate estabelece, retomando a tese de Agostinho que a alma «Deus a cria infundindo e a infunde criando no corpo» [*In II Sent. d3 q1 a4 ad1*].

3.2. A natureza da alma

A alma humana é de natureza espiritual, isto é, não é induzida ou tirada da matéria (traducianismo), *materia ex qua*, já que a alma *non habeat materiam partem sui ex qua sit* [*In II Sent. d17 q2 a1 ad5*]. E se a alma não pode ser induzida da potência da matéria, também não pode ter pré-existido no sêmen dos pais [*STh. I q118 a2 sol*]. Daí, que para Tomás ela *non potest fieri nisi per creationem* [*STh. I q90 a2 sol*; *In II Sent. d1 q1 a4 sol*; *CG. II c87*; *De Ver. q27 a3 ad9*; *De Spirit. Creat. a2 ad8*; *Quodl. IX q5 a1*; *CTh. I c93*].

A alma de natureza espiritual, como a intelectiva, é superior em ser, dignidade, nobreza e perfeição à alma de natureza corporal, como a vegetativa e a sensitiva. Por isso, a alma de natureza espiritual, possui, em si mesma, a perfeição do ser da alma da natureza corporal, sendo ela mesma, imaterial, incorruptível e imortal. A alma humana – que é simultaneamente sensitiva e nutritiva – é criada por Deus no final do processo da geração humana, depois da corrupção da última forma substancial pré-existente na matéria do sêmen dos pais, que é a forma de corporeidade [*STh. I q118 a2 sol*]. O princípio da infusão da alma no corpo não se dá no início da geração, mas no final da geração do corpo, quando da disposição simultânea da matéria.

Esta ‘disposição’ da matéria, como veremos, não se refere somente à organização e preparação final da matéria, como se o embrião estivesse perfeito e completamente formado, mas, pode também se referir, neste contexto da passagem da Suma, à disposição inicial da matéria, se admitirmos a teoria da animação simultânea aplicada à concepção

dos demais homens, porque teria início com a conflagração do material genético herdado dos pais, cujo termo só se conseguiria com o fim da disposição ou geração do corpo, em cuja disposição final nada faltaria para receber a alma.

É bem verdade que nos *Comentários do Livro de Jó* Tomás de Aquino deixa bem claro que a animação somente se realizaria depois de toda divisão orgânica, mas na Suma Teológica oferece a oportunidade de entender da maneira que expomos. A preparação inicial da matéria não constitui para Deus obrigação que, pautada numa condição necessária dessa matéria, se seguisse a criação e infusão da alma no corpo. E isso, porque em Deus o ato da criação e infusão da alma no corpo são atos sumamente livres, cujas próprias condições são o seu sumo querer, liberdade e poder de fazê-lo, quando livremente o quiser fazer, tendo por fundamento do seu querer, liberdade e poder, somente o seu sumo amor.

Resumindo, a infusão da alma [*dispositio animae*] é simultânea à disposição do corpo: à própria disposição do corpo segue-se a disposição da alma racional [*De Pot.* q3 a9 ad7]. Disso se segue que a alma tem *materia in qua*, ou seja, matéria em que existe, mas não *materia ex qua*, isto é, matéria da qual existe. Daí que a multiplicidade dos corpos não pode ser causa da multiplicidade das almas [*CG.* II c81 n1620]. Por isso, a alma humana não recebe o seu ser de Deus, senão no corpo [*In II Sent.* d3 q1 a4 ad1], na *materia in qua*, não podendo ser criada, pois, antes do corpo [*STh.* I q90 a4 sol; I q91 a4 ad3 e 5; q118 a3 sol; *In II Sent.* d17 q2 a2 sol; *CG.* II c83-84; *De Pot.* q3 a10 sol]. A capacidade que a alma tem por meio de sua mais nobre faculdade - o intelecto - de *abstrair* e *conceber* conceitos, constitui uma prova da imaterialidade da alma. O pensamento e a linguagem são efeitos da atividade imaterial do intelecto.

3.3. A imaterialidade da alma provada pelo modo como ela conhece as coisas e as comunica ao próximo pela linguagem

(a) A simples apreensão: a simples apreensão define-se como o ato por meio do qual o intelecto conhece alguma essência, na medida em que simultaneamente afirma ou nega, por cujo conhecimento produz-se o *conceito*. Em outras palavras, por apreensão *simples* entende-se o ato por meio do qual o intelecto apreende de modo absoluto, a seu modo e tornando o que apreende semelhante a si mesmo, algo do real [*STh.* I,q30,a3,ad2; *In II Sent.* d24,q3,a1,c]. Por isso, o Aquinate, seguindo o que Aristóteles afirmara, denominou a simples apreensão de *intelecção indivisível*. Por *intelecção indivisível* entende-se a intelecção absoluta que o intelecto produz, por si mesmo, da quiddidade de alguma coisa [*In I Periher.* lec. 3,n.3].

(b) O singular: o intelecto produz o conceito, a partir do que considera da realidade. Mas a realidade, fora da mente, apresenta-se em sua existência singular. O que é o singular? Por *singular* entende-se algo individual, de nenhum modo comunicável a muitos [*STh.* I,q11,a3,c], cuja nota essencial é ser único e distinto de todos os demais [*STh.* I,q13,a9,c], de tal maneira que não pode ser definido [*STh.* I,q29,a1,ad1]. Do que se segue, que o singular não é apto naturalmente a ser predicado de muitos, senão de um só, ou seja, de si mesmo [*In I Periher.* lec.10]. Neste sentido, o singular é o que pode ser mostrado, designado, apontado ou indicado com o dedo [*STh.* I,q30,a4,c]. Assim sendo, o intelecto apreende, por abstração, a natureza do singular, de um modo mental, universal e a expressa por um conceito. Mas o que é abstração?

(c) A abstração: por abstração entende-se o ato de *abstrair*, que é o ato que o intelecto faz quando apreende e torna universal e semelhante a si mesmo, uma realidade singular que existe fora do próprio intelecto. Abstrair é separar de algo singular toda a sua materialidade e movimento [*In II Sent.* d2,q2,a2,ad4; *STh.* I,q55,a2,ad2].

Neste sentido, a abstração significa o ato intelectual, por meio do qual o próprio intelecto torna inteligível o que ele considera e que existe fora da mente, de modo singular, sensível e individual. No ato do conhecimento, a abstração é o primeiro e mais nobre ato do intelecto, como sendo a sua mais perfeita operação [*STh.* I-II,q4,a6,ad3]. Em outras palavras, a abstração é o modo pelo qual o intelecto processa o conhecimento do real concreto, inclinando-se a ler por dentro - *intus legere* - a natureza, a essência do real concreto que ele considera, pois só abstraíndo-a de sua sensibilidade pode ele conhecer a sua forma em ato [*CG.* I,44], a sua natureza, já que para conhecer o singular é sempre necessário abstrair [*STh.* II-II,q173,a3,c].

Mas o que busca o intelecto? O intelecto quando abstrai busca considerar o singular em sua universalidade; busca, portanto, produzir uma representação universal do singular [*STh.* I,q85,a2,ad2], ou seja, o intelecto produz uma similitude universal, inteligível do que no real existe de modo singular e material. Mas se o intelecto ordena-se a produzir, pela abstração, uma similitude universal do que considera do real, a primeira questão a saber é: o que é universal?

(d) O universal: etimologicamente, universal significa *unum versus alia*, um que se verte em muitos. Em seu significado real, *universal* é o que por natureza é apto a predicar-se de muitos [*In I Perih.* lec10]. Ora, se o universal é o que é apto de predicar-se de muitos, isso significa que o que é universal é *comum de muitos*. Do que se segue que universal e comum de muitos são sinônimos [*In I De Trin.* lec.1; *In VII Met.* lec 13].

Cabe frisar que o intelecto somente produz o universal por abstração [*STh.* I-II,q29,a6,c], pois o intelecto, pela abstração, ao produzir o universal, concebe o *conceito*, a partir do qual se expressa a essência universal da coisa particular que ele considerou. Assim, pois, algo é considerado universal não somente quando o nome predica-se de muitos, mas, também, quando o que é significado pelo nome, pode dar-se em muitos [*In I Perih.* lec.10].

Cabe, ainda, distinguir o *universal lógico* do *universal metafísico*: o universal considerado em si mesmo, em seu conteúdo real e metafísico, é o universal metafísico; o universal enquanto conceito universal, desde um ponto de vista de sua predicação, é o universal lógico [*In VII Met.* lec13]. O universal lógico é real, porém abstrato [*De ente et ess.* c3]. Face a isso, cabe saber o que é o conceito.

(e) O conceito: o conceito é fruto da concepção que o intelecto faz pela abstração, ao considerar a universalidade da natureza de algo singular. Por *concepção* entende-se, neste contexto da lógica, a geração ou a produção de um conceito, por parte do intelecto [*STh.* III,q13,a12,c]. Pela concepção o intelecto produz uma *palavra* ou *verbo mental*, no qual encontra-se a similitude inteligível abstraída da coisa concreta, sem que com isso se estabeleça uma identidade entre natureza que concebe e a natureza concebida, pois o que o intelecto produz é uma similitude do objeto real [*STh.* q27,a2,ad2].

O conceito é uma *voz* mental, cujo sinal sensível é um nome que indica certo significado [*In I Sent.* d2,q1,a3]. Por isso, aquelas simples concepções que são produzidas pelo intelecto são vozes mentais - palavras interiores - [*CG.* IV,11] que significam alguma

coisa [*In I Perih.* lec.16]. Alguns conceitos, por razão de sua universalidade, são mais abrangentes do que outros, como o conceito *animal* que é mais *extenso* do que o conceito *homem*, já que aquele se estende e se predica de mais realidades do que este. Ao contrário, o conceito *homem* é mais compreensível do que o de *animal*, porque é menos extenso do que aquele. Esta distinção, segundo a universalidade, é o que determina a *extensão* e a *compreensão* do conceito. Exige-se, para a expressão do verbo mental, os *sinais lingüísticos*, que por meio de palavras, nomes e verbos expressam o conceito e o seu significado.

(f) A linguagem - palavra, nome e verbo: O conhecimento intelectual do homem traduz-se, exteriormente, num conjunto de *sinais* sensíveis, falados ou escritos, que compõem a *linguagem humana*. O que é um sinal? *Sinal* é aquilo que serve para o conhecimento de outro [*STh.* III,q60,a4,c], ou seja, é o que se institui para significar outra coisa. A **linguagem** humana é composta por sinais da *fala* e da *escrita*. A *linguagem falada* é expressão da fala. A *fala* é a manifestação, pela voz, da palavra interior que se concebe com a mente [*De ver.* q.9,a4]. A *linguagem escrita* é a expressão gramatical da linguagem falada.

O que é expressão gramatical? Em primeiro lugar, convém saber o que é a ciência da gramática no contexto da filosofia tomista. A *gramática* é a ciência, por cujo hábito, o homem tem a faculdade de falar corretamente [*STh.* I-II,q56,a3,c]. A faculdade de falar corretamente, também, manifesta-se na *escrita*. A ciência da escrita é a *Literatura*. A *Literatura* é, em outras palavras, a ciência das letras. As *letras* são, pois, sinais das vozes mentais [*In I Perih.* lec2]. Tanto falada, quanto escritas as vozes formam a linguagem.

Assim, pois, a *linguagem* é formada pela *palavra mental* que pode ser apenas *pensada* ou mesmo *proferida, falada* e pela *palavra escrita*, que sempre representa a própria palavra mental mediante um sinal visível, impresso. Portanto, a parte elementar da linguagem é a *palavra*. Mas o que é a palavra?

A **palavra** é uma voz convencional significativa de um conceito, que por sua vez é uma similitude da coisa [*In I Perih.* lec.10; *STh.* I,q13,a1], produzida pelo intelecto ao abstrair da realidade sua similitude inteligível [*De nat. verbi intellectus*]. O que é a *voz*? A *voz* é um sinal material, sensível, da palavra, que permite a sua comunicação aos demais homens [*In I Perih.* lec.4] e consiste na emissão oral dos sons como efeito orgânico das cordas vocais [*STh.* I,q51,a3,obj4]. A *palavra* significa a coisa mediante o conceito, pois segundo o modo como entendemos algo, assim o nomeamos [*STh.*I,q13,a1]. Mas o que é nomear?

Nomear é dar nome. O que é o nome? **Nome** é uma voz significativa, isto é, uma voz que tem significado [*In I Perih.* lec.4]. Em síntese, o nome é um sinal inteligível do conceito [*In IX Met.* lec.3] manifesto numa palavra falada ou escrita. Uma coisa é a *etimologia* do nome, que indica a sua origem e outra coisa é a *significação* do nome, que indica o seu significado. Da etimologia conhece-se a origem de um nome para dar significado a algo. A *significação* do nome dá-se, segundo aquilo a que é imposto o nome significar [*STh.* II-II,q92,a1,ad2; I,q31,a1,ad1]. Se os nomes designam as coisas, os substantivos, os verbos designam os atos das coisas, seus movimentos e paixões.

Por fim, cabe analisar o que tanto na linguagem falada, quanto escrita, serve para conectar, predicar as palavras e os nomes entre si. Eis o verbo. O que é o verbo? O **verbo** é uma voz significativa declinável com o tempo - *presente, passado e futuro* - utilizado, às vezes, como substantivo ou considerado em si mesmo, em seu ato *abstrato*, no

infinitivo [*In I Perih.* lec5]. Pelo que vimos anteriormente, embora um nome, por sua origem etimológica, sirva para significar algo, por seu uso e convenção pode ser tomado para significar outra coisa, como o nome cão que significa o animal, mas que pode ser tomado para significar a constelação.

3.4. As potências da alma

Uma vez relatadas as potências gerais da alma racional, analisemos as potências intelectivas. São cinco as potências da alma intelectiva, pelas quais a alma humana opera e atualiza as suas perfeições: a potência *vegetativa*, a potência *sensitiva*, a potência *apetitiva*, a potência *locomotiva* e a potência *intelectiva* [*STh.* I,q78,a1,c]. Destas cinco, tratemos das três fundamentais: a *vegetativa*, a *sensitiva* e a *intelectiva*, já que a locomotiva inclui-se na sensitiva e intelectiva, e a apetitiva na intelectiva.

(a) Potência vegetativa: a potência vegetativa afirma-se propriamente das espécies vegetais [*STh.* I,q78,proêmio]. Mas diz-se no homem ser uma função, uma capacidade vegetativa. Por que ela existe no homem? Toda potência superior contém em si mesma a potência inferior, que dela emana. Já vimos que a potência superior é a intelectiva. Ora, a intelectiva, que é potência própria do homem, possui como perfeição sua a potência vegetativa. Por isso, a potência vegetativa é uma potência natural que pertence ao vegetal e ao animal [*STh.* III,q33,a1,obj4;I,q78,a2,c], na qual se inclui a espécie humana. Segue-se do anterior que se afirma a potência vegetativa de todo corpo animado que possui, como partes vegetativas, a *nutrição*, o *crescimento* e a *geração* [*STh.* I,q78,a2,c].

(b) Potência sensitiva: a potência sensitiva, é uma potência passiva cuja natureza é ser modificada por um objeto sensível exterior; como vimos acima, a potência sensitiva, embora seja potência da alma racional, ela tem por sujeito o composto de corpo e alma racional e, para tanto, exige, para a sua operação, órgãos dos sentidos externos, pelos quais opere, pois tais órgãos existem em função da potência e não o contrário; por tudo isso, se fazem necessários - os **cinco sentidos externos** - ou seja, a *visão*, a *audição*, o *tato*, o *olfato* e a *gustação* [*STh.* I,q78,a3,c] e os seus respectivos órgãos dos sentidos externos: os olhos, o ouvido, a pele, o nariz e a boca, seus respectivos sensíveis próprios: luz *-cor-*, som *-agudo-*, superfície *-áspera-*, odor *-suave-* e sabor *-doce-*.

Estes órgãos dos sentidos externos produzem, pelos cinco sentidos, algo que a potência sensitiva percebe externamente pelos próprios órgãos e, também, internamente, pelos sentidos internos. O homem deve, portanto, em sua potência sensitiva, não só receber as espécies das coisas sensíveis, no momento em que os órgãos dos sentidos são modificados por elas, mas ainda imaginá-las, percebê-las, retê-las e conservá-las. Para tanto, para perceber e guardá-las internamente, a potência sensitiva dispõe também de - **quatro sentidos internos** - o *sentido comum*, pelo qual recebe a forma sensível das coisas sensíveis, a *imaginação* que retém estas formas sensíveis, a *cogitativa*, que permite associá-las e a *memória* sensitiva, para conservá-las [*STh.* I,q78,a4,c].

3.5. Potência intelectiva

(a) O intelecto: a palavra intelecto provém de *intus legere*, 'ler por dentro'; trata-se de uma potência cognitiva da alma humana, por meio da qual a alma conhece algo de

si, algo do que lhe rodeia e algo do que lhe transcende. O intelecto é a mais nobre potência da alma, mas não a própria natureza da alma [*STh.* I,q79,a1,c]. Difere dos sentidos [*In I Met.lect2,n45; In II Met.lect1,n282-286*]; seu objeto é a verdade [*In VI Met.lect4,n.1230-1240*]; possui duas operações, uma indivisível e outra de composição [*In VI Met.lect4,n.1232*]; está ordenado ao inteligível [*In XII Met.lect8,n.2540*]; humano é imaterial [*In IX Met.lect11,n2624*]; divino intelige-se a Si mesmo [*In XII Met.lect11,n2611-2626*].

(b) Objeto próprio do intelecto: o ente é o que primeiro considera e conhece o intelecto [*In I Met. lect.2, n.46*]; o intelecto ordena-se ou orienta-se primeira e naturalmente à consideração do ente. O ente diz-se do que tem ser. Portanto, tudo que tem ser é ente e a isso ordena-se o intelecto. É o sujeito da Metafísica [*In IV Met. lect.1, n.529-531*]. Não é gênero, pois não possui diferença [*In I Met. lect.9, n.139*]. É o que tem ser [*In XII Met. lect.1, n.2419*]. É tomado do ato de ser [*In IV Met. lect.2, n.556-558*]. Se diz da substância [*In III Met. lect.12, n.488-493*]. É considerado de quatro modos: do acidente, da verdade da proposição, dos predicamentos e se divide em ato e potência [*In VI Met. lect.2, n.1171*]. Pode ser essencial, accidental, real e de razão, dos predicamentos e do ato e da potência [*In V Met. lect.9, n.885*]. Ente por acidente não é propriamente ser [*In XI Met. lect.8, n.2272*]. Não há ciência acerca do ente por acidente [*In VI Met. lect.2, n.1172-1176*]. Ente de razão é próprio da Lógica [*In IV Met. lect.4, n.574*]. É o que primeiro capta o intelecto [*In I Met. lect.2, n.46*].

(c) Ação própria do intelecto: conhecer a realidade e dela apreender a verdade; esta é a ação própria do intelecto; a verdade é o que visa o intelecto, quando ele considera o ente; por isso, a verdade é a adequação do intelecto com a coisa, que é um ente. O conhecimento da verdade é por dupla via: por resolução e por composição [*In II Met. lect. 1, n.278*]; o seu conhecimento implica dupla dificuldade: uma da parte das coisas e outra da parte de nosso intelecto [*In II Met. lect. 1, n.279-286*]; para o seu conhecimento os homens se ajudam duplamente: direta e indiretamente [*In II Met.lect. 1, n.287-288; lect. 5, n.334*]; é conveniente buscá-la [*In II Met. lect. 5, n.335-336*]; dos primeiros princípios é previamente determinada, e resolvem muitas dificuldades em sua aplicação [*In III Met. lect. 1, n.338*]; o verdadeiro e o falso nas coisas não são senão afirmar e negar [*In IX Met. lect. 11, n.1896-1901; In VI, lect. 4, n.1230-1240*]; está mais no ato que na potência e mais nas simples que nas compostas [*In IX Met. lect. 11, n.1910-1913*].

(d) O processo de conhecimento pelo intelecto: a abstração é o processo próprio do modo como o intelecto conhece o ente; o intelecto não conhece as coisas nele mesmo, senão, pela abstração, depois da recepção das formas sensíveis impressas que, impregnadas de materialidade e individualidade, são depositadas, pela potência sensitiva, nos sentidos internos, cuja separação da materialidade e individualidade é feita pelo processo de abstração. Designa em Tomás uma atividade do intelecto pela qual considera a forma comum de um objeto separada (abstraída) de sua matéria e de suas condições individuais. Ela é tríplice: da matéria, dos inferiores e dos sentidos [*In I Met. lect. 10, n. 158; In III Met. lect. 7, n. 404-405; In VIII Met. lect. 1, n. 1683 e In XII Met. lect. 2, n. 2426*]. A abstração da matéria é de quatro modos: matéria sensível, inteligível, comum e individual [*In VI Met. lect. 1; In XI Met. lect. 7, n. 2259-2264*].

(e) A passividade do intelecto: no primeiro momento do ato de conhecimento, o intelecto é passivo, porque recebe as informações que as potências sensitivas, tanto internas, quanto externas, fornecem para a alma; por isso, conhecer é padecer, enquanto

isso significa receber aquilo para o qual estava em potência, sem que nada lhe fosse tirado [STh. I,q79,a2,c].

(f) A atividade do intelecto: num segundo momento do ato de conhecer, o intelecto é agente, pois é necessário que o próprio intelecto, depois de recebidas as formas sensíveis, - *as espécies impressas* ou *imagens* - opere e as coloque em ato, pela abstração das formas inteligíveis, formando novas espécies - *as espécies expressas* ou *conceitos* -, na medida em que as conhece em ato e as torna semelhantes a ele e subsistentes nele [STh. I,q79,a3,c].

O intelecto agente é potência intelectiva, ou seja, existe na alma humana como sua potência de entender as coisas em ato. Cada homem possui o seu intelecto individualmente; e este se assemelha, por natureza e perfeição, aos dos demais homens. Portanto, ele não existe separado da alma, embora não dependa de algum órgão do corpo para operar no que lhe é próprio [STh. I,q79,a4,c], nem é único ou um só para todos os homens [STh. I,q79,a5,c].

(g) Partes da potência intelectiva: são seis as partes da potência intelectiva, com as quais o intelecto concebe um conceito verdadeiro, certo, abstrato, universal ou comum de muitos: a memória, a razão, a razão superior e inferior, a inteligência, o intelecto especulativo e prático, a *sindérese*, a consciência.

- A **memória** - é parte da potência intelectiva da alma humana responsável por *reter, conservar e recordar* as imagens inteligíveis das coisas que são apreendidas [STh. I,q79,a6,c]. Como tal, a memória não é uma outra potência distinta da potência intelectiva, senão que é da mesma potência intelectiva, pela qual além de ser potência passiva é conservativa [STh. I,q79,a7,c].

- A **razão** - é parte da potência intelectiva da alma humana responsável pelo *raciocinar*, ou seja, ir de um objeto conhecido a outro; mas isso não difere a razão do intelecto, senão por causa das funções e não da natureza, pois uma coisa é o conhecer, que é simplesmente apreender a verdade inteligível, e outra coisa é raciocinar, como foi dito acima [STh. I,q79,a8,c].

- A **razão superior** e a **razão inferior** - não são também duas potências distintas da potência intelectiva, senão que são dois nomes distintos dados a duas funções distintas de uma mesma natureza: a razão superior é a *sabedoria*, conhecimento conseqüente dos hábitos dos primeiros princípios indemonstráveis e a razão inferior é a *ciência*, conseqüente da aplicação dos hábitos dos primeiros princípios na demonstração das coisas temporais [STh. I,q79,a9,c].

- A **inteligência** - é propriamente o ato mesmo do intelecto, que é o inteligir e não é uma outra potência, senão o ato da potência intelectiva [STh. I,q79,a10,c].

- O **intelecto especulativo** e o **prático** - não são duas potências ademais da intelectiva, senão que são a consideração da mesma potência intelectiva, segundo os seus fins: *especulativo*, que não ordena o que apreende para a ação e o *prático*, que ordena para a ação aquilo que apreende [STh. I,q79,a11,c].

- A **sindérese** - não é parte da potência intelectiva, nem mesmo é uma outra potência do intelecto, não é senão um hábito natural do intelecto que entende e concebe os princípios da ordem da ação que incita ao bem e condena o mal, na medida em que julga o que encontramos, mediante os primeiros princípios [STh. I,q79,a12,c].

- A **consciência** - significa aquilo que implica a relação do conhecimento com alguma coisa, não é uma potência, mas um *ato* que *atesta*, *obriga* ou *incita* ou ainda *acusa*, *reprova* ou *repreende*, mas tudo isso resulta da aplicação de algum conhecimento ou ciência que temos do que fazemos, por isso, consciência é conhecimento com um outro. Neste sentido, a consciência forma parte da potência intelectual, não como uma outra potência, senão como um ato pelo qual se aplica o conhecimento de alguma coisa [STh. I,q79,a13,c].

3.6. A potência apetitiva:

(a) **Definição:** por potência apetitiva entende-se a inclinação natural da alma racional, ou seja, da forma humana, para aquilo que lhe é natural, daí o apetite natural [STh. I,q80,a1,c].

(b) **Tipos de potência apetitiva:** há o apetite da potência sensitiva - o concupiscível e o irascível - e o apetite da potência intelectual - a vontade -, que são potências diferentes por causa não só de seus atos e objetos, mas também por causa de seus respectivos sujeitos: a potência sensitiva, tanto o concupiscível, quanto o irascível, têm por sujeito o composto de alma racional e corpo, e a intelectual, a vontade, tem por sujeito a alma. Ambas as potências distinguem-se entre si, tendo em comum o fato de serem potências passivas, cuja natureza é ser movida pelo objeto apreendido e visto que o objeto apreendido pelo intelecto é de gênero diverso do objeto apreendido pelo sentido, segue-se que o apetite intelectual é uma potência distinta da potência do apetite sensitivo [STh. I,q80,a2,c].

(c) **Apetite sensitivo:** - a sensibilidade - não é apenas apetitiva, mas também cognoscitiva, de qualquer modo este é o nome do apetite sensitivo; a operação da potência apetitiva sensitiva se dá por um movimento sensível, causado pela apreensão sensível, como se atesta a seguir: a visão é a sensibilidade que resulta da relação que há entre o órgão sensorial - os olhos - e o objeto sensível, na apreensão de sua forma sensível [STh. I,q81,a1,c/De ver. q25]. Outro nome é o de sensação, que em parte serve para nomear esta relação que acabamos de mostrar.

(d) **Tipos de apetites sensitivos:** o apetite sensitivo se distingue em concupiscível e irascível, como duas potências distintas do apetite sensitivo; porque o apetite sensitivo é uma inclinação natural conseqüente da apreensão sensitiva, deve haver, portanto, na parte sensitiva, duas potências apetitivas: - o *concupiscível* - pela qual a alma humana é absolutamente inclinada, por conseqüência da apreensão sensitiva, a buscar o que lhe convém na ordem dos sentidos e a fugir do que pode prejudicar; - o *irascível* - pela qual a alma humana resiste às causas de corrupção e aos agentes contrários que põem obstáculo à aquisição do que convém [STh. I,q81,a2,c]. É a razão que move e dirige o apetite sensitivo, portanto estas duas potências sensitivas, o apetite sensitivo concupiscível e o apetite sensitivo irascível, obedecem à razão, quanto ao mando e ato e submete-se à vontade, quanto à execução sendo, portanto, desta maneira que elas obedecem à razão [STh. I,q81,a3,c].

(e) **As paixões da alma:** as *paixões* são o movimento do apetite sensitivo concupiscível e irascível, pela imaginação do bem ou do mal [Sum. Theo. I-II,q22,a3/De ver. q26,3/In II Eth. lec5,n292]. A alma humana, dita racional ou intelectual, possui, como já dissemos, as faculdades: *intelectiva* que possui duas potências - a razão, que se ordena à verdade, e a vontade que, sendo apetite do intelecto, se ordena ao bem; *sensitiva* que

possui duas potências - a concupiscível que move a alma para a busca de bens sensíveis e evita os males sensíveis e a irascível que move a alma para a busca de bens sensíveis difíceis de conseguir e a movimenta para evitar os males sensíveis difíceis de evitar e a *vegetativa* que move a alma humana na consecução e realização de suas funções inferiores correlatas ao corpo, como crescimento e diminuição. Pois bem, a potência sensitiva opera mediante os órgãos dos sentidos. Por meio dos sentidos produz-se a sensação nos órgãos dos sentidos [*Sum. Theo.* I-II,q10,a3/*De malo.* q3,a9-10/*Comp. Theo.* c128].

Tais sensações, quando recebidas na alma, - por isso são *paixões* da alma - produzem, pela imaginação que causam nos sentidos internos [além da imaginação, estes são os outros três sentidos internos: senso comum, memória e estimativa ou instintos], certos movimentos, que vão desde o desejo da posse de um bem sensível ou da aversão de um mal sensível.

Daí as *paixões*, *emoções* ou *sentimentos*, serem estabelecidas em dois grupos: um concupiscível, caracterizado pelo movimento que se pauta na busca do bem sensível e na aversão ao mal sensível e outro irascível, que se caracteriza como um movimento mais violento, seja para conseguir um bem difícil de conseguir ou para evitar um mal difícil de evitar. Daí termos as seguintes *paixões* [*Sum. Theo.* I-II,q23,a4/q22,a2,ad3/*In II Eth.* lec5,n293/*De ver.* q26,a4]:

Concupiscível: - acerca do bem: presente -amor/ausente-desejo/presente -alegria; & acerca do mal: presente -ódio/ausente - aversão/presente -tristeza;

Irascível: - acerca do bem difícil de conseguir-se: ausente -esperança & acerca do mal difícil de evitar-se: ausente -audácia/presente -ira.

As paixões no homem afetam a sua inclinação a algum bem ou a aversão a algum mal. Por isso podem influenciar todo o rumo da formação do caráter e da instrução humana, pois elas podem determinar o voluntário, se o antecedem na inclinação ao bem ou na aversão ao mal. Se por um lado, a vontade ao aderir a determinação e a influência das paixões, isso pode aumentar o voluntário, por outro lado, esta mesma determinação pode diminuir a *liberdade*.

De tal modo que sendo as paixões muito fortes, podem inclusive obscurecer ou obstaculizar o livre arbítrio da vontade [*Sum. Theo.* I-II,q77,a6/*De ver.* q26,a7/*De malo,* q3,a11]. Mas as paixões não são, em si mesmas, algo bom ou mal, mas naturais, pois são disposições que devem favorecer a inclinação do homem, por seus atos, ao bem de sua natureza e ao fim último a que se inclina, mediante os bens particulares que se lhe disponham a vida.

(f) apetite intelectual: - a **vontade** - é um apetite superior ao apetite sensitivo, não havendo nela nem concupiscível, nem irascível [*STh.* I,q82,a5,c/*De ver.* q23]; é a inclinação natural do intelecto para algo; por isso, diz-se apetite do intelecto ou da razão; assim como se chama natural o que é segundo a inclinação da natureza, denomina-se voluntário o que é segundo a inclinação da vontade, que deseja alguma coisa de maneira necessária [*STh.* I,q82,a1,c], embora não queira por necessidade tudo o que ela queira [*STh.* I,q82,a2,c].

A vontade não é uma potência superior ao intelecto, pois o objeto próprio do intelecto é mais nobre e está nele mesmo, como quando se diz que a verdade e a falsidade a que consideram o intelecto estão na mente, enquanto o objeto próprio da vontade está na coisa, como quando se diz que o bem e o mal, a que tendem a vontade, estão nas coisas.

Ora, o que é mais abstrato e nobre e reside no intelecto é superior em relação a tudo o que não seja abstrato e nele não esteja. Neste sentido, a vontade é inferior ao intelecto e, inclusive, depende dos princípios do intelecto para executar a sua ação [*STh.* I,q82,a3,c], mas isso não significa que a vontade mesma não possa mover o intelecto, já que o objeto próprio da vontade, o *bem*, é causa eficiente de todas as potências da alma, inclusive, do intelecto, excetuando-se a potência vegetativa, que não é submetida ao nosso querer [*STh.* I,q82,a4,c].

- O **livre arbítrio** - é uma potência [*STh.* I,q83,a2,c/*De ver.* q24] apetitiva-cognoscitiva [*STh.* I,q83,a3,c] que faculta o homem *julgar* os objetos do apetite sensitivo e do apetite intelectual, segundo o que deles conhece, cujo julgamento não resulta de um instinto natural, senão de certa comparação da razão frente à orientação de certas apreensões sensíveis e inteligíveis; e é necessário que o homem julgue livremente, pois isso é uma exigência natural do ser racional [*STh.* I,q83,a1,c]; o livre-arbítrio não é senão a própria potência apetitiva do intelecto, pois *assim* como o intelecto está para a razão, tratando-se da apreensão intelectual, da mesma maneira, tratando-se do apetite intelectual, a vontade está para o livre-arbítrio, que nada mais é do que a potência de escolha [*STh.* I,q83,a4,c]. Assim, o intelecto tem por um lado a potência de raciocinar (razão), enquanto vai de um conhecimento a outro e, por outro lado, tem a potência de querer (vontade), enquanto isso é um simples desejo e tem a potência de eleger (liberdade), enquanto deseja alguma coisa por causa de outra que se quer conseguir [*STh.* I,q83,a4,c].

Léxico do De anima

4. Principais conceitos: a seguir apresentaremos os conceitos do *De anima* considerados neste comentário e que requerem especial atenção em razão de sua relação a certas noções metafísicas. A numeração referida no léxico designa o parágrafo da Edição de M. Pirotta, Roma: Marietti,1948:

Alimento: é o objeto da alma sensitiva [n.310], objeto da nutrição [n.340,343].

Alteração: não é de lugar, mas no lugar [n.76], sendo dupla a mutação por privação e por hábito [n.369].

Alma: sua ciência e estudo pertencem à Filosofia da Natureza [n.23]; é movida e movente [n.33]; é incorpórea e sutil [nn.68,175]; se existisse num lugar não seria a forma da totalidade do corpo de que é forma [n.77]; é causa do movimento e do repouso do animal [n.89]; o seu movimento é voluntário [n.90]; se move pelo intelecto e pela vontade [n.90]; sua felicidade está no inteligir [n.127]; move-se a si mesma [n.145]; suas operações podem ser de tríplice gênero de movimento: próprio, menos próprio e minimamente próprio [n.157]; a nutrição é o movimento próprio da operação vegetativa [n.158]; é ato primeiro do corpo físico orgânico [nn.233,241,253,271,320]; se une imediatamente ao corpo, enquanto é sua forma [n.234]; é primeiro princípio dos vivos e dos que são vivos [nn.253,264,271,273]; vegetal é princípio do crescimento e decrescimento [nn.258,328]; das plantas é uma em ato e múltiplas em potência [n.264]; das plantas não exige grande diversidade nas partes [nn.264,268]; é de algum modo tudo [nn.284,787-788]; é tríplice: vegetativa, sensitiva e racional [n.285]; o ato da vegetativa é a geração [n.310]; é princípio e causa da vida do corpo [n.318]; é princípio, causa e forma do corpo animado [n.319-323]; vegetativa é geradora de outra semelhante segundo

a espécie [n.347]; sensitiva não é ato sensível, mas só potência [n.354]; vegetativa existe em todos os viventes que geram e corrompem [n.848].

Apetite: inteligível é a inclinação às formas inteligíveis [n.286]; sensível é a inclinação às formas sensíveis [n.286]; natural é a inclinação que segue as formas naturais [n.286].

Beatitude: da alma está no inteligir [n.127].

Conhecimento: é a semelhança da coisa conhecida no sujeito que a conhece [n.43,377].

Ciência: é perfeição do homem [n.3]; é boa e honorável [n.3]; é especulativa ou prática [n.3]; é acerca dos universais [n.375].

Corpo: é movido pela alma [n.145]; possui levidade e gravidade [n.147]; são naturais ou artificiais [n.218]; natural é mais substância do que o artificial [n.218,220]; possui vida alguns outros não [n.219]; possui três dimensões [n.530].

Corrupção: não é propriamente movimento, mas mutação [n.75]; é dupla: substancial e accidental e absoluta e relativa [n.365].

Definição: notifica a essência da coisa [n.10]; possui princípio e fim [n.121].

Deus: é ato puro, por sua essência entende e é entendido [n.726].

Figura: é determinação da magnitude [n.577].

Forma: convém a qualquer corpo e a ele existe unida [n.130]; não é toda a natureza de que é parte, pois a natureza é a do composto [n.213]; difere a substancial da accidental [n.224,236]; artificial são accidentais [n.235]; que pertence à essência é significada pela definição [n.236]; é o princípio da espécie [n.332]; substancial não é por si sensível, mas só compreendida pelo intelecto [n.420].

Geração: não é propriamente movimento, mas mutação [n.75]; é ato da alma vegetativa [n.310,312].

Imaginação: não é presente em todos os animais [n.302]; e não é do mesmo modo em todos os animais que a possuem [n.302]. *Vid* Fantasia: é o nome tomado da visão ou aparição [n.632]; a fantasia do sentido se distingue da do intelecto [n.632]; fantasia se distingue da opinião [n.633-635].

Individação: da natureza comum nas coisas corporais e materiais é a matéria corporal contida sob determinadas dimensões [n.377].

Intelecto: é forma subsistente [n.21]; não é movente, senão só metaforicamente [n.160]; sua operação não é mutação [n.160]; possui potência apetitiva e apreensiva [n.162]; ou razão é o que de mais nobre e divino há na natureza [n.188]; não tem parte ou órgão corpóreo [n.200,207,294,377,687]; considera os universais [n.284,377]; é perfeição intrínseca da operação da natureza que o possui [n.301]; é virtude e força imaterial que não possui algum órgão corporal [n.377,687-688]; conhece diretamente a natureza ou a quiddidade da coisa [n.713,716]; entende-se a si mesmo e as coisas mediante a espécie delas [n.724]; não entende sem fantasmas [n.772,791,854]; é potência receptiva de todas as formas inteligíveis [n.790]; conhece o bem em razão de sua natureza universal [n. 804]; e razão não são partes ou potências distintas da alma [n. 812]; conhece o verdadeiro e o falso [n. 793]; difere em especulativo e prático em relação ao fim [n.820]; é agente quando

coloca todos os inteligíveis em ato [n.728.,730,739]; agente é próprio o abstrair [n.734]; agente participa de algum modo do intelecto das substâncias separadas [n.739]; passivo é reduzido ao ato pelas espécies das coisas sensíveis [n.85]; passivo está em potência aos inteligíveis [n.308]; passivo não é separado do corpo como uma substância separada [n.689-699]; passivo tem por operação receber os inteligíveis [n.734].

Inteligir: é o próprio ser da alma [n.17]; é operação da alma sem unir-se ao corpo por meio de algum órgão [n.150,622].

Matéria: difere da forma [n.215]; é dupla: sensível e inteligível [n.707]; primeira é potência com respeito às formas [n.405]; primeira não tem alguma ação por sua essência [n.725].

Movimento: é ato imperfeito [n.82,160,356,766]; é de quatro espécies: local, aumento, diminuição e alteração [n.75]; difere da operação [n.82,160]; do intelecto é a própria operação [n.286]; se encontra propriamente nas operações vegetativas e sensitivas [n. 159,766].

Natureza: de algo está em toda e qualquer parte [n.116]; da espécie está toda em qualquer indivíduo [n.116]; da espécie individua-se pela matéria [n.706]; comum é intenção universal se encontrada no intelecto [n.380].

Operação: é ato perfeito e difere de movimento [n.86]; do intelecto não é mutação [n.160]; da alma vegetativa é operação do vivente segundo o ser material [n.285,288]; vegetativa ordena-se à conservação do ser [n.285,300]; da alma é ato da potência ativa ou passiva [n.305].

Paixão: é dupla: própria e menos própria ou comumente [n.365-366].

Potência: vegetativa, sensitiva e intelectiva são na alma conforme o modo de sua operação [n.199]; da alma são cinco: nutritiva, sensitiva, motora, segundo o local, apetitiva e intelectiva [n.201,297]; se distingue segundo a diversidade de operação [n.281,667].

Saber: não é o mesmo que sentir [n.629]; difere pelo inteligir [n.629,672].

Sensível: pode ser por acidente, por si, próprio e comum [n.383,579-580], em ato e em potência [n.596].

Sentido: é potência receptiva de todas as formas sensíveis [n.790]; é sobre o particular [n.284,375,377,716]; não sente sem os sensíveis exteriores [n.354]; diversifica segundo a diferença dos sensíveis [n.394. 582-583]; é conhecimento das coisas só corpóreas [n. 416]; se move pelos sensíveis assim como o intelecto o faz pelos inteligíveis [n.770]; não pode sentir sem o sensível [n.772]; comum tem órgão próprio [n.611]; próprio se distingue segundo os sensíveis contrários [n.613].

Sentir: se diz das coisas animadas [n.32]; não é da parte da alma, mas do corpo [n.150]; é alguma paixão e alteração [n.393]; é algum conhecimento [n.675]; não é saber [n.629] e nem inteligir [n.630-631].

Ser: sensível é o que há entre a matéria e as suas condições individuais [n.284]; é segundo a forma [n.286]; natural é fundamento do ser sensível e do inteligível [n.310].

Substância: é o que há de completo em seu ser e em sua natureza [n.213]; se divide em matéria, forma e composto [n.215,221,275]; composta é algo individual [n.215].

Universal: é pela abstração da matéria corpórea e de suas condições individuais [n.377]; pode ser duplo: em si mesmo e sob a intenção de universalidade [n.378]; só existem na alma [n.380].

Uno: é triplo: contínuo, específico e absolutamente indivisível [n.752-759].

Verdade: é ato de compor o que no real existe de modo único ou composto [n.748].